



CONJUNTURA

Experimento fluminense

A regionalização dos pisos salariais representa um desafio novo para os 27 governos da federação, pois a sua fixação nunca foi atribuição dos estados brasileiros. Num cenário de inflação baixa, este processo se torna delicado pois aumentos exagerados não são facilmente reversíveis, a posteriori. Para complicar as coisas, o debate em torno dos efeitos do salário mínimo tem sido marcado pela polarização das opiniões individuais. Ou se privilegia apenas aspectos positivos, ou somente aspectos negativos da questão. Perde-se, dessa forma, a noção de dilema (*trade-off*) de política.

O grosso dos efeitos do salário mínimo sobre a economia brasileira se dá pelas vias da Previdência Social. Isto se refere tanto a custos fiscais quanto a benefícios sociais. A legislação de pisos salariais recém-aprovada confere graus de liberdade adicionais para a fixação de pisos remuneratórios ligados ao trabalho dissociados de questões fiscais. Entretanto, a existência de dilemas de política de mercado de trabalho locais não pode ser perdida: aumentos do piso elevam não só a desocupação como a informalidade. Por outro lado, aumentos do piso aumentam o salário daqueles que permanecem ocupados, em particular daqueles em ocupações informais. O episódio de maio de 1995, quando o salário mínimo foi reajustado em 43%, a pobreza fluminense caiu 15.8% no mesmo mês. O reajuste fluminense de 46% anunciado ontem vai gerar lições de política para os demais estados. As mudanças institucionais recentes e a alta heterogeneidade espacial brasileira sugerem cuidados na análise da experiência fluminense, passada ou corrente. Como dizia Nelson Rodrigues, cautela e canja de galinha não fazem mal a ninguém.